

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO RURAL ENTORNO DA
ESTRADA PARQUE TAGUATINGA**

Monografia de Graduação

Alice Vogado Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Araujo Sobrinho

Brasília
Março de 2013

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO RURAL ENTORNO DA ESTRADA
PARQUE TAGUATINGA

Alice Vogado Ribeiro

Monografia apresentada junto ao Departamento de Geografia da Universidade
de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel e Licenciada
em Geografia

Prof. Dr. Fernando de Araujo Sobrinho (orientador)

Msc. João Mendes
Ministério da Integração Nacional

Prof. Msc. Renan Amabile
Gea-UnB

Brasília
Março de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ribeiro, Alice Vogado. Transformações Recentes no Rural Entorno da Estrada Parque Taguatinga. 39f. Brasília, Universidade de Brasília, 2013.

Monografia de graduação – Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Bacharelado em Geografia, UnB, 2013.

1. Espaço Rural
 2. Urbanização
 3. Transformação
 4. Espaço urbano
-

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORA: Alice Vogado Ribeiro

TÍTULO Transformações Recentes no Rural Entorno da Estrada Parque Taguatinga

Grau: Bacharel e Licenciado

ANO: 2013

É concedida á Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias dessa monografia de graduação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

ALICE VOGADO RIBEIRO

Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. ICC Ala Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

alievogado@gmail.com

À Deus, Sumo Bem

À minha família, meu grande tesouro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me criou, dá sentido a todas as coisas e conduz todos os meus passos, e a Virgem Santíssima, mãe amorosa e presente.

A minha família, amigos e namorado. Por tudo que suportaram nesta demora e pela paciência com tantas lágrimas. A todos que me fizeram pensar e repensar quem sou e quem quero ser.

Ao meu orientador Fernando Sobrinho, pela paciência, compreensão e conhecimento transmitido.

A UnB e a todos os brasileiros que me sustentaram com seus impostos nestes anos de universidade.

A todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho, aos amigos geógrafos de classe, de modo especial a Murilo Caixeta, Mariana Senna, Janaína Mourão, Diogo Silva, Diego Moreira e Daniel Sobrinho.

A historiadora que me ensina a “geografar” Aryanne Rodrigues e ao namorado mais lindo, Caio Passos.

Aos novos, antigos e atuais amigos, me fazem crescer e ser melhor. De modo especial as futuras assistentes sociais Ana Paula Penante e Beatriz Rodovalho, a futura nutricionista Lara Lúcia. Aos meus amigos da Comunidade Católica da UnB. E ao meu grande amigo, padre João Roberto.

Sumário

1.Introdução	7
2. A constituição do rural e do urbano no território do Distrito Federal.	9
2.1 A constituição do rural no período anterior a construção de Brasília	9
2.2 A implantação de Brasília e as transformações no rural	11
2.3 O rural no período posterior a Brasília	12
2.4 Rural x Urbano: o “transbordamento” da metropolização brasiliense	13
3. O Novo Rural ou a Nova Urbanização? Desafios e perspectivas para compreensão do fenômeno.	15
3.1 O antigo rural e o processo de modernização e constituição do complexo agroindustrial.	15
3.2 O “novo rural” na perspectiva da urbanização brasileira	17
3.3 Conflitos, tensões, e mutações entre rural e urbano	18
3.4 A mancha urbana do Distrito Federal e a incorporação dos espaços rurais	18
3.4.1 Regiões Administrativas de predomínio urbano	19
3.4.2 Regiões Administrativas de presença do complexo produtivo agrícola	25
3.4.3 Regiões Administrativas onde o rural e o urbano se confundem	25
3.4.4 Unidades de conservação: uso rural ou uso urbano?	26
3.5 Transformações recentes do rural no entorno da Estrada Parque Taguatinga	27
4. Rural x Urbano no Distrito Federal: seus usos e possibilidades.	34
4.1 Agentes territoriais da produção do rural x urbano	35
4.2 Formas derivadas de uso e ocupação do solo no rural x urbano	36
4.3 Usos e conflitos: a dinâmica do processo (rugosidades)	36
5. Conclusão	37
6. Referencias Bibliográficas	39

1. INTRODUÇÃO

Brasília completa em 2013 cinquenta e três anos de existência, com uma série de problemas e realidades que surpreendem até seus administradores.

A pretensão deste trabalho é compreender como as áreas de uso rural foram modificadas e/ou formadas a partir dos processos de ocupação do solo no Distrito Federal.

No primeiro capítulo, serão abordados os antecedentes históricos na constituição do rural e do urbano do Distrito Federal, fazendo um apanhado histórico de como era o espaço agrário antes da construção de Brasília, durante a construção da Capital, após a construção e a modificação deste espaço por meio do poder público e dos processos de urbanização da cidade.

No segundo capítulo, a partir de um apanhado teórico do que era espaço rural e da nova ruralidade, elucida-se os processos em estudo na Geografia Agrária das atuais formações do espaço rural, suas adaptações e modificações, demonstrando a possibilidade de áreas rurais mesmo dentro das grandes cidades.

Neste mesmo capítulo, é demonstrado de forma rápida a urbanização do Distrito Federal, seu crescimento a partir do Plano Piloto e de outras áreas próximas a ele. Em seguida, as cidades onde se encontram complexos agrícolas e onde estes se confundem.

A partir destas informações, a escala é restringida a Estrada Parque Taguatinga e o processo de urbanização encontrado as suas margens, apesar desta área possuir nos planos diretores, uso rural devido a grande presença de nascentes e outras características do solo.

No último capítulo discutiremos quais agentes formam estes territórios, qual o papel de cada um, como se dá a formação deste território nas suas formas e as rugosidades resultantes deste processo de urbanização acelerado.

Portanto, este trabalho visa responder as questões de como o espaço rural brasileiro foi constituído e se encontra atualmente. Como, teoricamente, é possível compreender tais mudanças no espaço e como, caso existam, as rugosidades foram formadas.

Com o objetivo de contribuir para melhor compreensão da gestão e formação da cidade, e também para facilitar a descoberta de solução para os problemas atuais. E com a hipótese de que as áreas ao longo da EPTG tiveram seu uso modificado por conta da demanda habitacional em Brasília.

A metodologia utilizada foi análise na bibliografia existente, utilização de dados do Governo de Brasília, mais especificamente da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal e imagens do Google Earth.

2. A constituição do rural e do urbano no território do Distrito Federal.

Para compreender a atual formação do Distrito Federal, precisamos entender o processo de formação desta área como um todo, desde a constituição rural antes da construção de Brasília até o atual momento, por isso, neste primeiro capítulo faremos um apanhado histórico do rural no Planalto Central onde hoje se localiza o Distrito Federal.

2.1 A constituição do rural no período anterior a construção de Brasília

A região do Planalto Central começou a ser ocupada no século XVIII, devido à descoberta de jazidas de ouro na região. Durante a extração a coroa portuguesa não incentivou a agricultura e pecuária na região, 80% do que era consumido na região provinha do Sudeste, mais especificamente do Rio de Janeiro e de São Paulo (FUNES, 1986, pág. 54 *apud* QUEIROZ, 2007, p. 65). Mas o núcleo urbano de Arraial dos Couros (atual Formosa) se destacou neste cenário por seus rebanhos e pela produção de couro, este é uma das bases dos municípios formadores do Distrito Federal e entorno.

Segundo Queiroz (2007), a Coroa não incentivava a produção agropecuária no Planalto Central por medo desta atividade concorrer com a extração do ouro em Minas Gerais. Chegando a proibir a produção de gêneros alimentícios.

Porém, com o fim do ouro a região ficou isolada do resto da Colônia, o fluxo de tropeiros tornou-se raro e o preço dos produtos aumentou significativamente. A adaptação a esta nova realidade levou mais de cinquenta anos e houve esforços do Estado Português para desenvolver a agricultura na Capitania de Goiás diante desta nova realidade. (QUEIROZ, 2007)

Os núcleos urbanos de Meia Ponte, Santa Luzia e Arraial dos couros são respectivamente Pirenópolis, Luziânia e Formosa atualmente.

Houve tentativa de comércio com o Norte, mais especificamente com a capitania do Pará, porém esta não foi bem sucedida mesmo oferecendo gêneros mais baratos. O transporte era feito por hidrovias o que elevava os preços, eram frequentes as perdas e adversidades no trajeto. E a Capitania do Pará não era das mais desenvolvidas e possuía pouca diversidade de gêneros.

Manteve-se a preferência pelo comércio com o Sul e o Sudeste como de costume por parte dos moradores da Capitania. Apesar disso, o Governo Português continuou insistindo no comércio do Goiás com o Norte.

No início do século XIX, os produtos comercializados pela Capitania de Goiás eram originados da pecuária bovina e dos excedentes da agricultura de subsistência. O gado era Vacum, resistente ao sertão, porém de baixo valor comercial. O lucro, conseqüentemente, era baixo. Também por conta das dificuldades de transporte do produto e limitações de exportação. Esta atividade se desenvolveu melhor no norte da Capitania.

Ao sul de Goiás, a agricultura teve maior participação na economia. Algodão, fumo, café, arroz, trigo e açúcar eram os principais produtos. Mesmo produzindo tais produtos, o mote goiano fazia-o em menor escala.

A divisão do trabalho elucidada acima evidencia o futuro da Capitania. O Norte voltado para a pecuária e o Sul para a produção mista. Localidades como Meia Ponte e Santa Luzia adaptaram-se a agricultura, já Formosa, a pecuária, estreitando relações com o Norte. Esta divisão manteve-se até a construção da capital. O Distrito Federal encontra-se onde se localizava Meia Ponte, entre o norte e o sul goiano.

Apesar de encontrar-se entre essas duas realidades do espaço agrário goiano, a região onde encontra-se o Distrito Federal hoje não era muito povoada enquanto os municípios acima eram mais desenvolvidos. A sociedade agrária caracterizava-se “por pequeno excedente na produção, ênfase no lazer e um sistema de festas particularmente performante”(ARAGÃO, 1990, pág. 163), e tudo que se referisse a modernidade chegava de forma tênue com pelo menos vinte anos de atraso em relação ao restante do país. As mudanças causadas pela industrialização e agricultura eram mais notícias que realidades para os que habitavam o Planalto Central, mais especificamente onde seria construída a capital do país.

Segundo Aragão (1990), a unidade de produção e reprodução social era a fazenda, tudo concentrava-se nela:

“Um enfoque analítico-descritivo da antiga paisagem não estaria completo se se detivesse nesse colar distendido de pequenas cidades distantes umas das outras por 50, 100 quilômetros, às vezes bem mais, e da ausência de elemento indígena, mesmo de pequenos grupos – o que é mais exceção que regra no Brasil pré-cabralino; se não se falasse da unidade de produção e reprodução social por excelência que é a antiga fazenda de criação extensiva, típica do Centro-Oeste (...) A fazenda, mais que uma unidade familiar, constitui-se em unidade produtiva, em elemento completo de capacitação e realização de um modelo de processo produtivo quase autárquico.”. (ARAGÃO, 1990, pág. 169)

2.2 A implantação de Brasília e as transformações no rural

Neste contexto histórico anteriormente elucidado iniciam-se as providências para construção da capital. Numa região onde as práticas agrícolas eram ainda arcaicas, a modernidade algo distante e as mudanças só eram percebidas anos depois em relação ao resto do país, a desapropriação de terras foi vista como “o fim do mundo”, segundo Luiz Tarley de Aragão (1990), por ser um “grupo humano diferenciado e consciente de seu isolamento em relação ao resto do País” o futuro, para eles, passou a ser incerto. E a substituição dos antigos pelos novos padrões é iniciada.

Com a chegada de Juscelino Kubitschek à região, em 1956, “iniciam-se reajustes e reacomodações no sistema local de relações de poder, no modelo de reprodução social.” (ARAGÃO, 1990, pág. 173).

Apesar da estranheza por parte dos moradores, diante da possibilidade de venda de terras inicia-se a especulação imobiliária tão presente na história e nos processos da capital brasileira. Conforme documentação do Arquivo Público do Distrito Federal, a Comissão Goiana de Cooperação responsável pela desapropriação das terras faz inúmeros esforços para evitar a especulação imobiliária no momento da compra das terras, mas apesar de muitas propriedades tem escrituras lavradas nos cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa, tantas outras não possuem escrituras e nem são encontrados os proprietários.

Todas estas situações imprimiram uma nova realidade ao espaço agrário não só de onde se localizaria a capital, mas também aos municípios próximos. Em nome de um sonho, as mudanças anteriormente tão lentas tornam-se bruscas e até impostas aos produtores que acostumados a produzir para subsistência, se veem obrigados a deixar suas terras em pouquíssimo tempo, e abandonar um modo de vida, cultura e visão própria de mundos.

A Comissão Goiana de Cooperação é nomeada em 05 de outubro de 1955 composta por vários membros com funções como assessoria jurídica para auxiliar diretamente o presidente da Comissão, Altamiro de Moura Pacheco, e técnica para exame de plantas e conferências topográficas. O assessoramento jurídico também é feito por membros da justiça goiana.

O principal imóvel adquirido é a Fazenda Bananal cujos proprietários são Jorge Telese Jeronimo José da Silva, a transação é feita em dezembro de 1955 com pagamento em dinheiro segundo documentos da Comissão.

Em maio de 1956, na cidade de Luziânia é aberto o escritório móvel para as desapropriações, com perímetro de ação estendido até os municípios de Planaltina e de

Formosa. Neste mesmo mês mais cinco desapropriações são feitas, desta vez as Fazendas Guariroba, Riacho Fundo, Tamanduá, Vicente Pires e Taguatinga, totalizando uma área de 36.300 hectares. Em junho do mesmo ano é adquirida a Fazenda Gama com 16.940 hectares. Com estas propriedades a Comissão ocupa a principal área do Distrito Federal. Até setembro de 1958, cento e setenta e sete propriedades rurais pertencentes a trezentos e sessenta e cinco condomínios são adquiridas.

Os primeiros pagamentos de indenização são feitos pelo Governo de Goiás, posteriormente a União Federal aprova o pagamento de 120 mil cruzeiros em indenizações com base na proposta do senador Jerônimo Coimbra Bueno.

Durante a construção da capital o único enfoque era a própria construção, logo não houve incentivo à atividade agropecuária. As necessidades dos que se empenhavam em erguer Brasília eram precariamente atendidas pelo que era produzido no entorno.

Todas estas aquisições iniciam a transformação de milhares de hectares de espaço rural em espaço urbano.

2.3 O rural no período posterior a Brasília

Após a construção da capital, inicia-se “um período onde a terra passa a ser realmente vista como meio de produção de mercadorias, o período que se segue a partir de 1964 e vai até 1977 assiste à concentração fundiária e à exigência de apresentação de um “Plano de Utilização dos Lotes”, para fins de arrendamento” (ARAGÃO, 1990. pag 174). Este período também é caracterizado como de transição.

Apesar da compreensão modernista de uma cidade setorizada atendendo a todas as necessidades da população, neste momento a diferenciação entre planejamento e execução torna-se mais latentes. Todas as formas de planejamento e ordenamento territorial compreendem e veem a necessidade de adaptação constante dos planos as realidades encontradas ao longo de sua execução. O Plano Diretor prevê revisão a cada dez anos para que não haja um “engessamento” da cidade.

Porém, as áreas do Distrito Federal que estariam destinadas a produção rural, são, desde este momento, consideradas mais como áreas de especulação imobiliária que de produção agrícola. Características como solo, relevo, localização e histórico foram determinantes para delimitação destas áreas. Mas as tão faladas “necessidades locais” justificaram várias mudanças nos Planos Diretores e no PEOT da capital.

2.4 Rural x Urbano: o “transbordamento” da metropolização brasileira

O que justificariam tais adaptações citadas anteriormente?

Era previsto para o Distrito Federal que a implantação de cidades satélites só se daria quando o Plano Piloto alcançasse a marca de 500 mil habitantes. Porém, com a construção de Brasília, cidades satélites foram criadas para “dormitório” dos candangos “Assim surgiram Taguatinga (1958), Gama (1960), Núcleo Bandeirante (1961), Guará (1966) e Ceilândia (1970). Em 1980, o DF possuía um milhão de habitantes, 78,5% dos quais residentes na periferia, isto é, fora do centro de maior renda formado pelo Plano Piloto e Lagos Sul e Norte (SEDUMA, 2007). (GANEN, CAVALCANTE, SILVA & OLIVEIRA, 2008, pág. 85).

O processo de desapropriação de terras trouxe uma falsa impressão de controle do estado em relação ao que era e a que viria a ser Brasília. Logo, a própria necessidade de abrigar os candangos não foi considerada no planejamento ou considerada sem importância, muito menos foi considerado que o controle populacional poderia ser feito por medidas de prevenção, não de remediação. O zoneamento da cidade inicia-se em 1962:

“Apos a inauguração da cidade, o primeiro documento de zoneamento do DF foi aprovado por meio do Decreto Federal no 163/1962, que dividiu suas terras em área metropolitana, área das cidades satélites e área rural. Essa divisão territorial foi posteriormente reafirmada, no Decreto nº 2.739/1974. Já no Decreto no 163/1962, foi feita a primeira referencia legal ao Plano Diretor do Distrito Federal, mencionado como incumbência da Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Distrito Federal.” (GANEN; CAVALCANTE; OLIVEIRA & SILVA, 2008, Pág. 86).

Entre as áreas de destinação de uso rural, encontravam-se Águas Claras, Vicente Pires e parte de Taguatinga. Todas elas a margem da Estrada Parque Taguatinga (EPTG).

A primeira ação concreta do estado para o ordenamento territorial do Distrito Federal foi o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) de 1977. Este definia as áreas mais adequadas à urbanização, levando em consideração localização, transporte, serviços, abastecimento de água e coleta de esgoto. Este definia “o crescimento urbano do DF em direção a Taguatinga e Gama, até o entorno” (GANEN; CAVALCANTE; OLIVEIRA & SILVA, 2008). Entre as áreas mais cotadas estavam às áreas onde hoje se encontram Águas Claras e Samambaia.

Em 1985, Plano de Ordenamento Territorial (POT) é elaborado. Consolidando a proposta de crescimento urbano do PEOT e com o macrozoneamento como proposta para ordenamento da cidade. Estas zonas são delimitadas a partir do uso predominante e exclusivo de cada localidade, pelo menos na proposta “zonas rurais, urbanas, de urbanização prioritária (destinadas a novos loteamentos urbanos), de ocupação restrita (áreas ainda não desapropriadas e sujeitas a pressões urbanas) e de interesse ambiental.” (GANEN; CAVALCANTE; OLIVEIRA & SILVA, 2008, Pág. 86).

Em 1986, foi elaborada o Plano de Ocupação e Uso do Solo (Pouso). Em 1987, o Brasília Revisitada propunha o adensamento da bacia do Paranoá criando mais seis setores habitacionais.

Desde meados da década de 80 já havia uma grande valorização do preço do imóvel urbano, e a demanda por parte da classe média e baixa era grande.

Porém, no início da década de 1990, começou a implantação dos setores habitacionais Sudoeste e Águas Claras, estes imóveis seriam adquiridos por meio de financiamento bancário com juros altos, estes são direcionados a classe média. Neste mesmo período, as invasões aumentam o que justifica a mudança no uso de Águas Claras. Dessa forma, os autores completam:

“Por essa época, entretanto, já estavam em expansão os condomínios irregulares, os quais avançavam sobre áreas urbanas e rurais, em terras particulares ou públicas griladas. Os condomínios fixaram principalmente na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio São Bartolomeu, direcionando a expansão urbana para uma região não prevista nos planos diretores (SEDUMA, 2007). “(GANEN; CAVALCANTE; OLIVEIRA & SILVA, 2008, pág. 87)

Com a emancipação do Distrito Federal, foi elaborado o PDOT em 1997, e um novo em 2007. Ambos contam com o macrozoneamento como ferramenta de controle e intervenção estatal, levando em consideração as tendências predominantes de cada local. Porém, não é possível excluir a grande necessidade habitacional da população do Distrito Federal nem a necessidade de desenvolver economicamente Regiões Administrativas que funcionam apenas como “dormitórios” para a população.

Tentamos resumir, a partir dos planos de ordenamento, como os usos do solo foram planejados e/ou alterados de acordo com os momentos históricos e as necessidades da Capital, ou simplesmente como foram imaginados. Finalizamos assim o primeiro capítulo. Para melhor compreensão destes processos, trataremos a frente do arcabouço teórico utilizado para elaboração deste trabalho.

3. O Novo Rural ou a Nova Urbanização? Desafios e perspectivas para compreensão do fenômeno.

3.1 O antigo rural e o processo de modernização e constituição do complexo agroindustrial.

O antigo rural brasileiro baseou-se em ciclos, como o da cana de açúcar e do café, na monocultura e grande propriedade. A economia era alicerçada na exportação do que era produzido na grande propriedade, e a produção do que era consumido pela população vinha da pequena propriedade ou da importação.

O ciclo do café foi o último deste modelo, finalizado com a crise de 1929 e nos anos subsequentes. Com a crise, a economia brasileira ficou exposta a muitos riscos e sua vulnerabilidade ficou em evidência tanto interna como externamente. A necessidade de mudar este quadro contribuiu para a industrialização e o foco voltou-se para as atividades internas do país, modificando o papel da exportação para a economia brasileira. Sendo a industrialização um mecanismo de defesa desta economia.

Na década subsequente, dos anos 40, cresce a industrialização e inicia-se o êxodo rural, para suprir a necessidade de mão de obra para a indústria e pela diminuição dos incentivos a produção agropecuária.

Dos anos 50 aos 70, a “Revolução Verde” ganha espaço no espaço rural brasileiro, com o objetivo de elevar a produção agrícola introduz “sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização” (ELESBÃO, pág. 51). No Brasil, este movimento tem como principal característica a concessão de crédito rural.

A partir de 1960, inicia-se o movimento de modernização da agricultura no País, por conta da concessão de crédito rural e dos instrumentos da “Revolução Verde”: a “modernização conservadora”. Assim chamada porque apesar das mudanças na produção que aumenta significativamente e na sua diversificação nos Complexos Agroindustriais, na administração estatal que possui como principal ferramenta o crédito rural e possui um novo padrão de intervenção e no aumento da exportação e da urbanização, as estruturas não são alteradas.

Estes mecanismos mencionados anteriormente serviram para crescimento do grande produtor, que teve acesso ao crédito e amparado pelo apoio público e privado, mantendo as relações de poder e a grande propriedade.

Neste contexto, o pequeno produtor (aqui, pode-se entender também o agricultor familiar) não consegue concorrer nem ser inserido no mercado, até para se manter na propriedade encontra muitas dificuldades, já que as taxas não lhe são viáveis nem há incentivos para seu crescimento ou permanência. Pelo contrário, este vê-se muitas vezes obrigado a deixar o campo ou parte dos membros da família migra para a cidade, para complementar ou ser a única fonte de renda da família que não consegue desenvolver no campo suas atividades por conta de uma competitividade desigual e um modelo que não o beneficia em nada.

Desde o início da “Revolução Verde”, apesar do aumento no número de propriedades rurais, aumenta a concentração da terra e produção voltada para a exportação continua como principal objetivo da agricultura patronal. O êxodo rural, neste contexto, e consequência do abandono em que se encontravam os agricultores familiares.

3.2O “novo rural” na perspectiva da urbanização brasileira

Após a “Revolução Verde”, que não conseguiu extinguir a fome no campo nem na cidade, encontra-se uma nova realidade: rural e urbano não são mais tão diferentes assim, e a dicotomia antes tão clara, confunde-se. Segundo José Graziano da Silva(1999), o rural passa a ser um “continuum” do urbano. O espaço rural isolado, com um modo de vida próprio parece “urbanizar-se” a partir da década de 80.

Por meio de dados estatísticos, Graziano comprova que as pessoas residentes e empregadas no campo já não estão todas voltadas para a atividade agrícola. A divisão do trabalho é diversificada, encontrando no campo secretárias, digitadores, tratoristas, motoristas, professores e tantas outras profissões típicas do espaço urbano.

Enquanto a “Revolução Verde” fez com que muitos agricultores familiares deixassem o campo, esta nova ruralidade permite não apenas que permaneçam no campo, como tenham um acréscimo na renda familiar proveniente de atividades não agrícolas, é atualmente discutida pluriatividade. Isto não quer dizer que deixam de ser agricultores, mas agora parte dos membros ou todos se dedicam parcialmente a produção agrícola e também a atividades não agrícolas, seja na área urbana mais próxima, seja em outras propriedades.

“É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços **não materiais** e **não suscetíveis de desenraizamento**, para usar a terminologia consagrada pelo grupo de Pisani (SILVA, 1999, pág. 25)

Neste contexto, o acesso a saneamento básico e serviços também é facilitado, melhorando a qualidade de vida destes agricultores além do acréscimo na renda.

Apesar destas mudanças, parte considerável dos agricultores vê-se ainda obrigada a migrar para a cidade. Estas famílias, porém, são as que possuem os filhos em idade menor, que não podem contribuir para a renda familiar e não conseguem se inserir na pluriatividade.

3.3 Conflitos, tensões, e mutações entre rural e urbano.

Com tantas mudanças no conceito e na realidade do que era rural e urbano, conflitos e tensões são consequências não só de um novo arranjo produtivo, mas de uma estrutura que apesar de ser baseada na produção tem seus alicerces modificados por conta de um novo contexto social, histórico e cultural.

Os conflitos surgem devido a demanda por áreas habitacionais, esta demanda é encontrada hoje na maioria das grandes cidades do Brasil. Por conta disso a grilagem de terras e a ocupação irregular é um problema tão frequente que parece fazer parte da urbanização brasileira. Porém, existem outros fatores e agentes nestes conflitos, o interesse populacional por determinadas áreas, a especulação imobiliária e a iniciativa privada são exemplos de que outros interesses também fazem parte destes conflitos.

O que era rural torna-se urbano, o que deveria ser conservado, torna-se patrimônio particular e perde-se em riqueza natural e patrimônio para o País.

3.4 A mancha urbana do Distrito Federal e a incorporação dos espaços rurais

Compreendendo os conceitos da nova ruralidade e da “urbanização do rural”, segue-se a delimitação das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, as áreas onde o rural e o urbano se confundem e onde se encaixam as unidades de conservação.

3.4.1 Regiões Administrativas de predomínio urbano

Desde o princípio, Brasília foi pensada como cidade, logo, predominaria o uso urbano e as regiões de uso rural seriam para abastecimento da população. O centro, Plano Piloto, deveria e é de predomínio urbano, assim como a maioria das Regiões Administrativas.

A urbanização do Distrito Federal cresceu de forma acelerada e até mesmo descontrolada, apesar das medidas de controle e mediação utilizadas em cada fase da capital. Estas medidas podem ser consideradas como de remediação, já que muitas delas foram posteriores às situações problemas ou não planejadas.

Ano	Área urbana (mil hectares)	% da área total do DF	Incremento (hectares)
1954	121	0,02	---
1964	4.625	0,8	4.504
1973	12.208	2,1	7.583
1984	21.409	3,7	9.201
1994	28.134	4,8	6.725
1998	38.179	6,5	10.045
2001	42.985	7,4	4.806
2009	57.041	9,8	14.056
Área DF	580,10	100	---

Fonte: Unesco, 2002 e Greentec, 2010

Tabela 1 -Evolução da Ocupação Urbana do Distrito Federal

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal-Subproduto 3.2-
Relatório do Diagnóstico

Na tabela 1, é possível acompanhar o crescimento urbano a partir do incremento de hectares. O maior crescimento registrado ocorreu entre 1998 e 2009, aqui vemos proximidade com a elaboração do primeiro PDOT, em 1997, e sua segunda redação em 2007. Isto indica que o PDOT de alguma forma influenciou o crescimento da cidade.

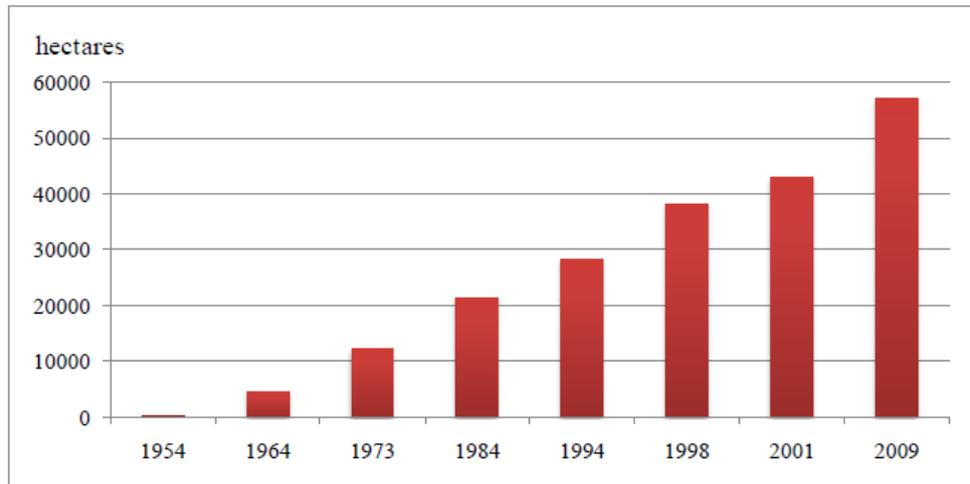
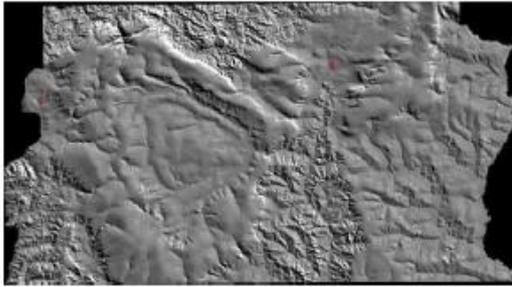


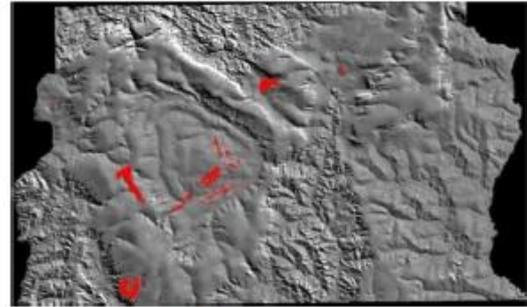
Tabela 2- Evolução Multitemporal da área urbana do Distrito Federal em hectares,

Fonte: Unesco, 2002 e Greentec2010 *apud* Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal-Subproduto 3.2- Relatório do Diagnóstico

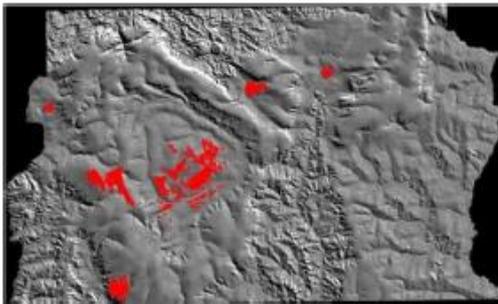
Como é possível ver nas figuras acima, o aumento das áreas no espaço de 10 anos ou menos foi muito elevado.



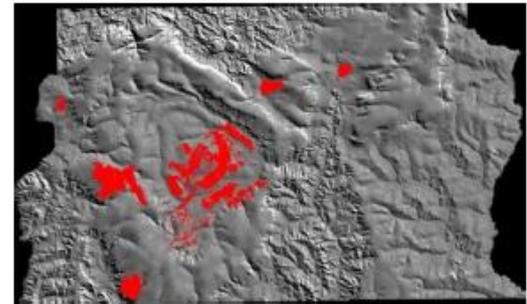
Fase 0 – Situação anterior a Brasília, 1953



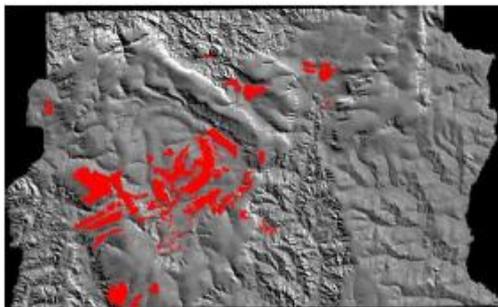
Fases 2 – Situação em 1964



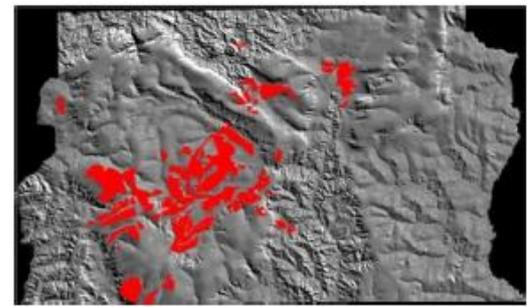
Fases 3 – Situação em 1973



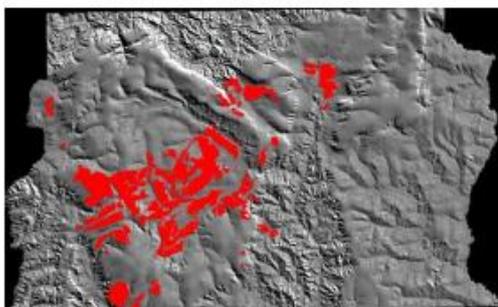
Fases 4 – Situação em 1984



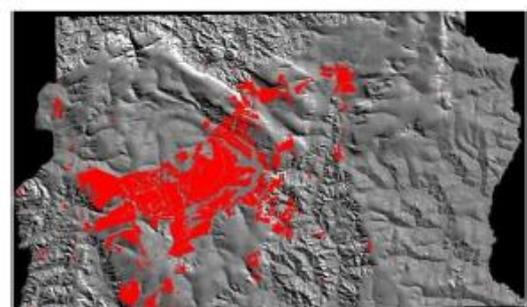
Fase 4- Situação em 1994



Fase 4- Situação em 1998



Fase 5- Situação em 2001



Fase 5- Situação em 2009

Figura 1-Fonte: Unesco, 2002 e Greentec 2009, *apud* Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal-Subproduto 3.2- Relatório do Diagnóstico

A figura 1 facilita a compreensão da urbanização do Distrito Federal, é possível ver na segunda imagem, Fase 2-1964, que enquanto o centro de Brasília era urbanizado,

alguns outros pontos também o eram. São eles, atualmente, as Regiões Administrativas de Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Gama e Planaltina. Ceilândia e Núcleo Bandeirante foram criados para serem dormitório dos candangos que trabalharam na construção da Capital.

O objetivo, porém, deste trabalho, não é demonstrar todas as fases do processo de urbanização da capital, mas como esta urbanização modificou os usos e projetos da cidade. Não podemos deixar de mencionar que desde o início, a administração pública não teve controle total sobre o crescimento da cidade e, apesar do empenho de seguir o projeto de Lúcio Costa, não obteve êxito ao conduzir os candangos para áreas distantes do centro para que não permanecessem na capital. Não consideraram que a demanda por moradia existente desde o começo da cidade, era reflexo da demanda nacional por habitação.

3.4.2 Regiões Administrativas de presença do complexo produtivo agrícola

As Regiões administrativas com complexo produtivo agrícola são Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo. A localização é melhor compreendida através da figura abaixo:

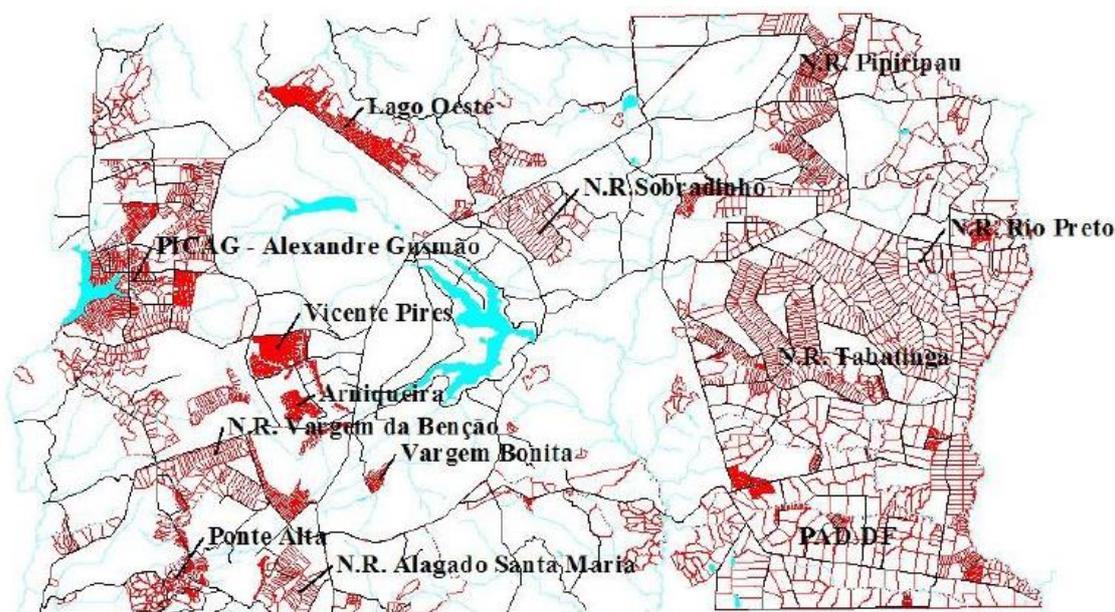


Figura 2 -Indicação de Glebas Rurais no Distrito Federal

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal-Subproduto 3.2-Relatório do Diagnóstico

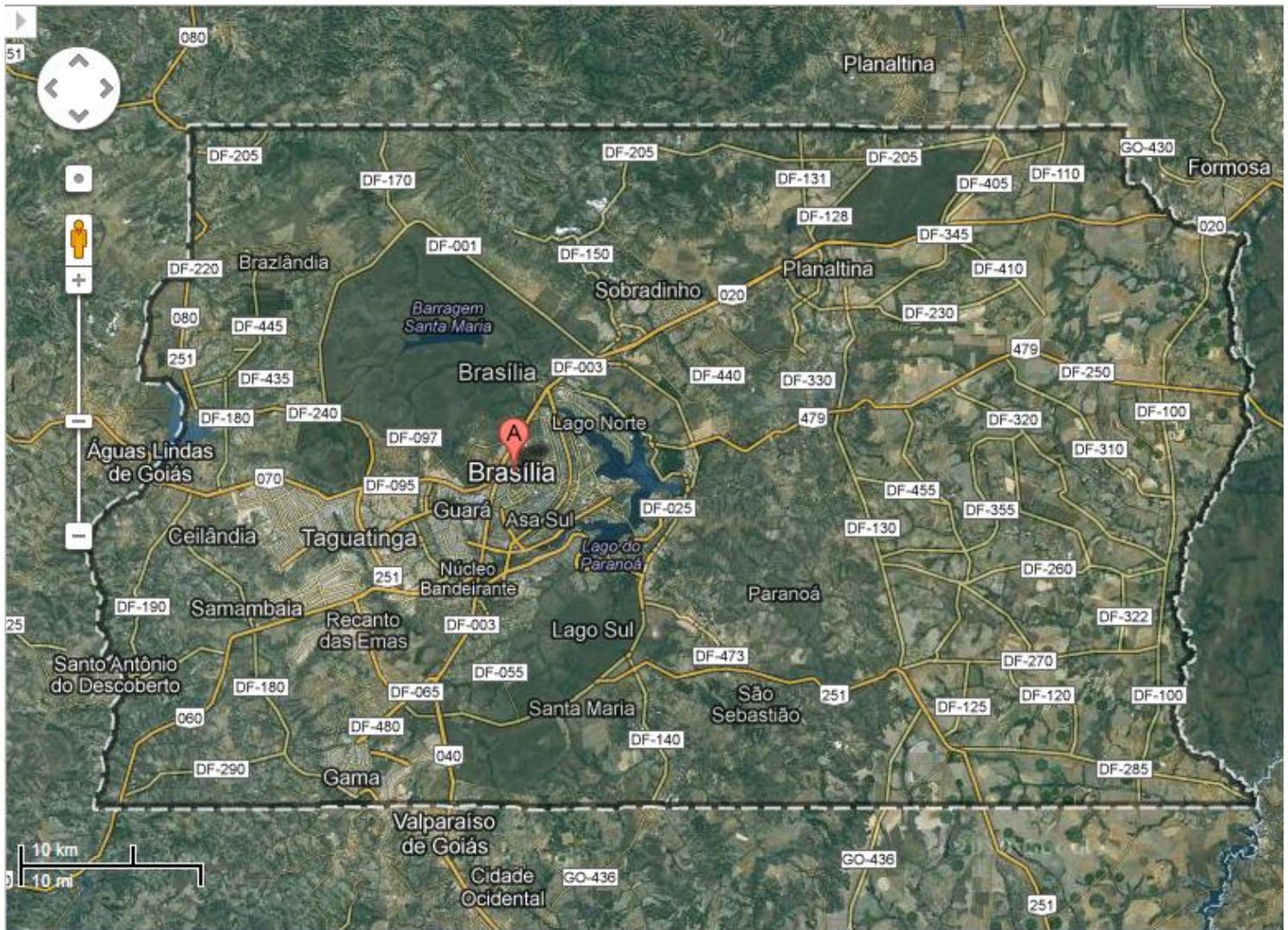


Figura 3- Imagem do Distrito Federal Fonte: Google Earth,2013

Através da Figura 3 é possível visualizar a presença de pivores exatamente onde se encontra as Regiões Administrativas de maior produção agrícola, de forma destacada no PAD DF.

As propriedades rurais em sua maioria (80%) não ultrapassam 20 hectares. Produzem hortaliças, frutas, legumes, arroz, feijão, milho, soja, café, aves e carne bovina e caprina. Pelo tamanho da propriedade e segundo dados da Codeplan (2012) é podemos subentender que são o de agricultores familiares e que também estão inseridos na pluriatividade. Na tabela 3 estão relacionados o tamanho da área em cada uma das Regiões Administrativas produtoras em hectares e a produção em toneladas.

ANO/SAFRA 2011 (2010/2011)

Regiões Administrativas e Grandes Culturas	Área (ha)	Produção (t)
Distrito Federal	122.455,74	617.510,27
Gama	758,95	12.905,38
Brazlândia	703,5	22.235,00
Sobradinho	266,38	1.450,12
Planaltina	73.317,90	351.681,81
Paranoá	44.611,65	209.588,30
Núcleo Bandeirante	87,86	694,35
Ceilândia	248,00	11.653,31
Santa Maria	2.148,10	6.444,30
São Sebastião	313,40	857,70

Tabela 3. Fonte : Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - Gerência de Programação e Orçamento, 2012

3.4.3 Regiões Administrativas onde o rural e o urbano se confundem

É visível, porém, que conflitando a Figura 2 de Indicação das Glebas Rurais e a Figura 1 que possui as fases da urbanização do Distrito Federal que algumas áreas possuem tanto uso rural quanto urbano. São elas Vicente Pires, Park Way, Águas Claras e Brazlândia.

Apesar de Vicente Pires e Águas Claras no PDOT 1997 terem sido consideradas áreas de uso rural e possuem parcelamento de glebas rurais, a produção agrícola destas duas Regiões Administrativas não teve participação nos dados da Codeplan de 2008 a 2011 a respeito a agricultura e pecuária no Distrito Federal.

Ainda que hajam algumas propriedades rurais em Vicente Pires e Águas Claras, não foi possível encontrar dados de sua produção.

3.4.4 Unidades de conservação: uso rural ou uso urbano?

No perímetro do Distrito Federal encontram-se várias unidades de conservação, a área urbanizada localiza-se dentro das Áreas de Proteção Ambiental do Planalto Central, da Bacia do Rio Descoberto e de São Bartolomeu. Este tipo de unidade de conservação é de uso sustentável, é possível a presença humana gerida de forma equilibrada para conservação do meio ambiente.

Mas existem também outras unidades de conservação dentro do Distrito Federal, como o Parque Nacional de Brasília que é de uso integral, não pode haver ação antrópica nenhuma dentro deste tipo de unidade.

A principal motivação de uma unidade, não é para uso nem urbano nem rural, mas para conservação do patrimônio natural que pertence a toda humanidade.

Porém, no Distrito Federal, estas unidades muitas vezes encontram-se ameaçadas pela pressão antrópica em seu interior, caso das Áreas de Proteção Ambiental, e próximo a elas, caso do Parque Nacional. Houve intervenção estatal quando o Parque Nacional esteve ameaçado pelo crescimento desordenado da Cidade Estrutural. Mas nem sempre o Estado

conseguiu conter a ação antrópica no Distrito Federal e muitas invasões já alteraram os usos e a conservação de alguns pontos no DF, inclusive de corpos d'água como o Córrego Guará.

3.5 Transformações recentes do rural no entorno da Estrada Parque Taguatinga

A Estrada Parque Taguatinga(rodovia DF 085) faz a ligação entre o Plano Piloto e as Regiões Administrativas Guará, Águas Claras, Park Way, Vicente Pires, Taguatinga e Ceilândia.

O recorte utilizado neste trabalho será na extensão onde encontramos transformações recentes no rural: entre Águas Claras, Vicente Pires e Taguatinga (Colônia Agrícola Samambaia). Na figura abaixo é possível visualizar este recorte, onde é possível ver ao longo da EPTG a Colônia Agrícola Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires.

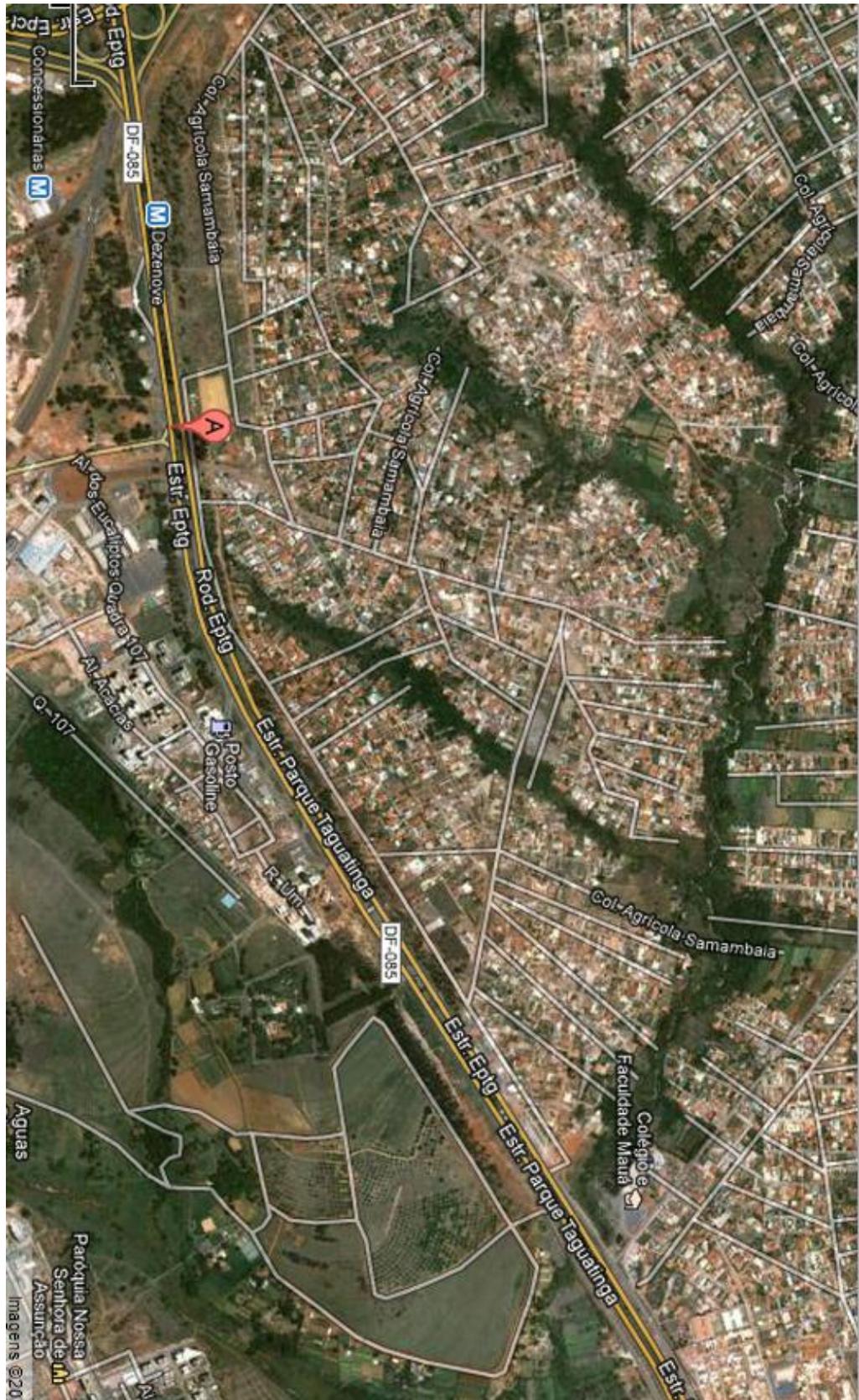


Figura 4-Estrada Parque Taguatinga (EPTG) -Fonte: Google Earth, 2013

Antes mesmo de sua criação, Águas Claras era uma região cotada para habitação da classe média, pensava-se em imóveis de alto valor financiados para a população. Porém, a presença de nascentes induziu a delimitação da Colônia Agrícola para conservação destas e abastecimento da Capital, mas a pressão imobiliária que conseguiu construir prédios maiores que quatro andares em Águas Claras, aos poucos vai dominando a Colônia e o que se vê hoje são algumas propriedades que ainda possuem caráter rural, com pequena produção agrícola que nem chega a ser mencionada nas estatísticas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Na figura 7 abaixo se vê o contraste entre uma chácara e prédios em construção na Colônia Agrícola Águas Claras.

Em Águas Claras, apesar das mudanças de uso do solo, vemos uma certa organização. Ruas asfaltadas, sinalização, ainda que precária em muitos pontos, comércio para necessidades básicas da população.



Figura 5- Foto: Aryanne Rodrigues, 2013



Figura 6-Foto: Aryanne Rodrigues, 2013

Nas figuras acima visualizamos a entrada da Colônia Agrícola Águas Claras e a forma de organização das ruas, o comércio local e transito com fluxo normal. Caracteriza-se mais uma cidade dormitório, a maioria dos seus moradores trabalham fora da RA e procura o Plano Piloto quando há demanda de serviços mais específicos.



Figura 7: Colônia Agrícola Águas Claras- Foto: Aryanne Rodrigues, 2013



Figura 8- Colônia Agrícola Águas Claras- Google Earth, 2013

Na figura 8, é possível ver o contraste entre as áreas rurais e urbanas, como de forma ainda mais clara que na figura 8. É possível distinguir que boa parte da produção é de hortaliças e as propriedades são pequenas, de alguns hectares.

Vicente Pires, apesar de ter sido parcelada em glebas rurais e também possuir grande número de nascentes, hoje possui apenas algumas propriedade de produção agrícola. Ao fotografarmos a RA percebemos grandes diferenças em relação a Águas Claras.



Figura 9-Entrada de Vicente Pires-Foto: Aryanne Rodrigues,2013



Figura 10-Foto: Aryanne Rodrigues, 2013

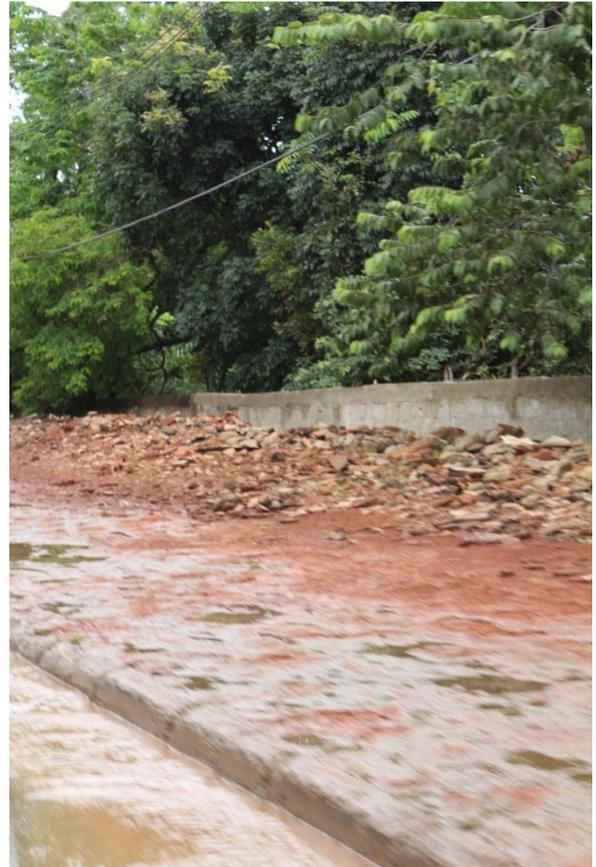


Figura11- Foto: Aryanne Rodrigues, 2013

Nas fotos acima, os problemas de Vicente Pires com escoamento de água e entulho ao longo de uma das avenidas principais.



Figura 12-Foto: Aryanne Rodrigues, 2013

Na foto acima, uma plantação de milho em Vicente Pires. Conversamos com moradores, e descobrimos que anteriormente todas as outras áreas vizinhas também eram produtoras, mas ou foram vendidas ou abandonaram a produção agrícola. Esta propriedade apenas plantava para subsistência.



Figura 13-Foto: Aryanne Rodrigues,2013

A figura 13 é a da propriedade em frente a pequena plantação de milho, Esta serve apenas como moradia, mas vemos o contraste com o carroceiro transitando por Vicente Pires.

A Colônia Agrícola Samambaia é a única entre as três que possui produção agrícola relevante, apesar de seu grande nível de urbanização. Na figura abaixo vemos uma propriedade de cerca de quatro hectares produtora de hortaliças na Colônia Agrícola Samambaia. Percebe-se pela forma que a pequena produção também é comercializada nas feiras próximas e pequenos supermercados, conforme informações coletada de moradores próximos.



Figura 14: Foto: Aryanne Rodrigues, 2013

4. Rural x Urbano no Distrito Federal: seus usos e possibilidades.

4.1 Agentes territoriais da produção do rural x urbano

Analisando a formação rural do Distrito Federal e as mudanças no uso do solo, ficam em evidência 3 principais agentes de formação do território: o Estado, a população e a Iniciativa Privada.

O Estado gere os processos por meio dos Planos Diretores e de Ordenamento Territorial, mas inicialmente essa gestão do território foi feita por meio de legislação (autorizando a construção da Capital) e outras formas de governar que permitiram orçamento para desapropriação de terras e construção da cidade. O mesmo Estado, através dos gestores, cria medidas paliativas e remediadoras para os problemas que surgem ao longo da história do Distrito Federal, e muitas vezes a gestão do território esteve mais voltada a remediação que a execução do planejamento.

Sabe-se que não é possível controlar totalmente os processos de urbanização, porém, existem ferramentas que possibilitam ao Estado conduzir em parte estes processos. Se o território se forma a partir de relações de poder, o Estado tem poder de intervenção e participação deste processo.

Deve-se considerar também a população do Distrito Federal e do Brasil, a última veio construir a Capital na esperança de permanecer nela. Estes mesmos que construíram a cidade descobriram posteriormente que esta não lhes pertencia. A periferização inicia-se no momento em que os candangos não são aceitos no centro da Capital. O fato de não permanecerem no centro, não significa que não tenham construído também o território. Ao

serem levados para locais distantes do Plano Piloto, construíram uma nova urbanização, ou melhor, favelização.

Mas a população do Distrito Federal não interrompeu seu crescimento nem o teve controlado. Como elucidado no capítulo anterior, a urbanização foi muito mais acelerada do que o esperado, e a demanda por habitação não foi suprida. As invasões são a forma que este povo encontrou para ter acesso à propriedade. Invasões, grilagem e tantos outros conflitos são a expressão desta realidade. E estas mesmas invasões e grilagens que tem sido grandes propulsoras do crescimento urbano do DF, desde que a expressão “invade, depois regulariza” se tornou um fato.

Por fim, a Iniciativa Privada tem nesta realidade espaço para atuação, na medida que a demanda por habitação é tão alta, nem mesmo as invasões suprem esta demanda, é aberta a possibilidade de construção de imóveis residenciais em locais antes direcionados para uso rural.

4.2 Formas derivadas de uso e ocupação do solo no rural x urbano

A partir da ação destes agentes, o uso e a ocupação do solo é construída e reconstruída ao longo do tempo.

Da ocupação urbana surgem residências, condomínios residenciais, comércios locais e outros serviços, locais de encontro e de lazer para a população, prédios, unidades da administração pública.

Já na ocupação do solo rural, as formas são totalmente distintas, apesar da “urbanização” que tem acontecido no rural. A forma de organização dos lotes é diferenciada, no Distrito Federal, eles possuem pelo menos 2 hectares. A proximidade de serviços é menor, apesar do acesso a eles ter aumentado. As propriedades rurais que restaram ao longo da EPTG tem acesso facilitado a bens e serviços, maior que em outras áreas rurais do DF como Brazlândia e Planaltina.

4.3 Usos e conflitos: a dinâmica do processo (rugosidades)

Como no caso em estudo, estas realidades se confundem, a forma de explicar a presença de algumas áreas rurais em áreas que se tornaram urbanas, e como no caso de Águas Claras tem apenas a função de dormitório para seus moradores, a conceito de “rugosidades” de Milton Santos nos ajuda a compreender melhor como esta realidade foi construída.

“Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço...”(SANTOS, 2006, pág. 92).

Estas rugosidades encontradas ao longo da Estrada Parque Taguatinga, são, de fato, resquícios de um processo anterior a estas novas formas urbanas tão presentes ao longo da Rodovia.

Vemos através destas áreas, que o processo de urbanização de Brasília aos poucos, rápida e lentamente em alguns momentos, foi modificando a realidade e a paisagem do local, “expulsando” os agricultores e suas famílias, ou simplesmente obrigando-os a se adequarem ao modo urbano de vida, e grande parte das propriedades deixou o uso rural para se torna área urbana, parte de uma cidade dormitório.

Este fato também evidencia que a falta de políticas públicas que incentivasse o desenvolvimento rural destas áreas foi determinante na sua modificação, visto que o incentivo a mudança no tipo de parcelamento do solo e a especulação imobiliária (de forma indireta) destas localidades foram determinantes para o processo.

Restaram agora algumas propriedades rurais ou parte considerável, no caso da Colônia Agrícola Samambaia, e cidades sem estrutura para os moradores. Daí os alagamentos constantes de Vicente Pires, os engarrafamentos diários na EPTG, e outros problemas que diminuem a qualidade de vida dos moradores.

5. Considerações Finais

Através desta análise, a compreensão do uso das áreas rurais no Distrito Federal foi compreendida a partir de sua formação e caracterização atual, mas percebe-se que não há interesse público nem privado no seu desenvolvimento, tanto mais quando está se encontra próxima ao centro da cidade.

Vemos que existem peculiaridades entre as Colônias Agrícolas Águas Claras, Vicente Pires e Samambaia. Águas Claras apresenta melhor organização e estrutura urbana melhor consolidada. Até mesmo por haver previsão nos Planos Diretores de como seria ocupada e organizada.

Vicente Pires apresenta o outro lado de uma urbanização descontrolada, muitas áreas foram construídas em pouco tempo, mas a estrutura da cidade não acompanhou o processo. Ruas alagadas e entulho nas ruas foram parte dos problemas encontrados ao longo de nossa pesquisa, e até mesmo isso dificulta o escoamento da pequena produção na cidade e na Colônia Agrícola Samambaia. Estas duas colônias estão tão próximas que se confundem.

As áreas mais distantes do Plano Piloto são as que melhor se desenvolveram em termos agrícolas, e não sofreram grandes modificações de uso do solo a ponto de expulsar agricultores como no caso de Vicente Pires e Águas Claras. Pelo contrário, houve aumento da produção nos últimos anos e já há políticas públicas que as amparem.

Nossa hipótese que as áreas próximas a EPTG apesar de seu potencial agrícola, não puderam desenvolver-se bem neste aspecto porque a demanda habitacional e a pressão da população e da iniciativa privada por solo, diante de vários governos que pouco fizeram para amenizar este quadro, acabou modificando de forma acelerada e desorganizada o espaço agrário aí encontrado anteriormente. Por estarem muito próximas ao centro da cidade e devido a facilidade de acesso ao Plano Piloto estas áreas logo foram urbanizadas indicando conformidade com nossa hipótese.

Concluimos, por meio deste trabalho, que o espaço rural não pode ser mero fruto do acaso ou do esquecimento do Poder Público de áreas sem funcionalidade ou mero instrumento de aumento da especulação imobiliária como se fossem “terras de pouso” para esta. Porém, uma necessidade para o desenvolvimento e abastecimento da cidade e qualidade

de vida de seus moradores. Não podemos também, compreender o meio rural e planejá-lo esquecendo as necessidades da população e suas demandas, ainda que estas sejam urbanas.

6.0 Referências Bibliográficas

ARAGÃO, L.T. de. **Ocupação humana no cerrado de Brasília.** In: Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas/Maria Novaes Pinto (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990 .pág. 163-180.

GANEN, Roseli Senna ;CAVALCANTE, Shelma Regina ;OLIVEIRA, da Tadeu Almeida de & SILVA, Gabriela Tunes da. **Ordenamento Territorial e Plano Diretor: o caso do Distrito Federal.** In: Caderno Aslegis nº 34/ Aparecida Andrés (org.). Brasília. Aslegis.2008, pág. 79-98.

Governo do Distrito Federal ,Codeplan, **Agropecuária e Extrativismo Vegetal2012**<http://www.codeplan.df.gov.br/> acesso 09/03/2013.

Governo do Distrito Federal .**Zoneamento Ecológico-Econômico do DF Subproduto 3.2 – Relatório do Diagnóstico** <http://www.zee-df.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20III-%20Uso%20do%20Solo,%20Juridico-Institucional,%20Art.%20RIDE%20e%20Fundi%C3%A1rio.pdf>

QUEIROZ, E.P.de. **A formação histórica da região do Distrito Federal e Entorno: dos municípios-gênese a presente configuração territorial.** Brasília, Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.**4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, J.G.**O novo rural Brasileiro.** Unicamp, Instituto de Economia, (Coleção de Pesquisas 1) Campinas,p.1-32, 1999.